



Câmara Municipal

Lapa - Paraná



PROJETO DE LEI Nº 19/64.
Súmula:- Concede abono de emergência.

A Câmara Municipal da Lapa

DECRETA:-

Art. 1º.- Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos funcionários e operários da municipalidade, mensalmente, um abono de emergência correspondente a sessenta por cento de seus respectivos vencimentos

§ 1º- Aos funcionários em inatividade fica concedido igual abono desde que seus proventos venham sendo pagos pelos cofres da Municipalidade.

§ 2º- As viúvas que vem percebendo pensões pelos cofres da municipalidade, fica concedido um abono de sessenta por cento do valor do salário mínimo em vigor no município da Lapa.

§ 3º- O pagamento do abono de emergência será efetuado no mesmo dia em que forem pagos os vencimentos ou proventos dos funcionários, operários e viúvas.

Art. 2º- Desde que oficialmente publicada, a presente lei entrará em vigor à partir do dia primeiro de janeiro de 1965 e terá vigência até um mês depois da decretação do novo salário mínimo regional.

Art. 3º -No Orçamento Municipal de 1965, deve constar verba especial para o atendimento das despesas decorrentes do presente ante-projeto de Lei

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 7 de dezembro de 1.964.

Wilson Montenegro.
Presidente.

Registrado livro nº
fls. 77 Vers e 78
Em Outubro 1970

1º Diss. em 5/12/64

unanimidade



2º Diss. em 7/12/64

Grande maioria (Orcamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

Of. nº 201/64

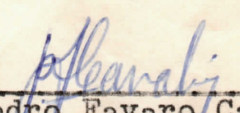
Lapa, 19 de Outubro de 1964.

Senhor Presidente:

Tenho o prazer de passar às suas mãos, para os devidos fins, o Ante - Projeto de Lei nº 16/64.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Excia. os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosas Saudações.


Pedro Favaro Cavallin
Prefeito Municipal

Exmo. Snr.
Dr. Wilson Moreira Montenegro
DD. Presidente da Câmara Municipal da Lapa
N/Cidade



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

—(110)—

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta a Câmara Municipal o seguinte:

ANTE - PROJETO DE LEI Nº 16/64

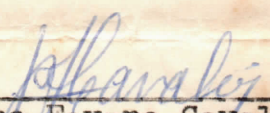
(Concede abono de emergência aos funcionários do "Quadro Permanente da Prefeitura").

Artº 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder "ABONO DE EMERGÊNCIA" aos funcionários do quadro permanente da Prefeitura, no valor de 60% (sessenta por cento) de seus respectivos vencimentos.

Artº 2º - Na eventualidade de ser Decretado novo nível salarial para a Região, pelo Exmo. Snr. Presidente da República, a presente lei será, ipso-facto, revogada, após haver decorrido o prazo a que se refere a Lei Municipal nº 307 de 21 de março de 1964.

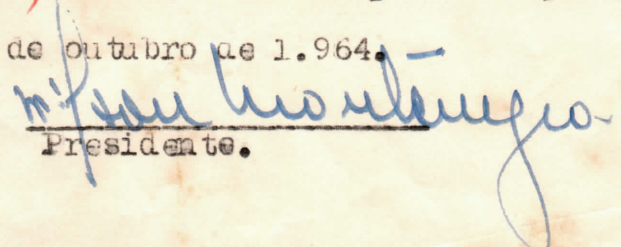
Artº 3º - A presente Lei entrará em vigor após sua oficial publicação, a partir do dia 1º de Janeiro de 1965 revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 19 de Outubro de 1964.


Pedro Favaro Cavalin
Prefeito Municipal

Encaminhe-se às Comissões de Legislação e a seguir a de Orçamentos para, na ordem, emitirem seus respectivos pareceres.

Sala das Sessões em 16 de outubro de 1.964.


Presidente.



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

—(110)—

JUSTIFICATIVA AO ANTE-PROJETO DE LEI Nº 16/64

Senhores Vereadores:

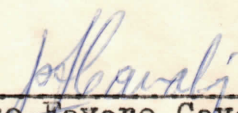
Após o envió de divéros Ante + Projétos a Câmara, visando a atualização de impóustos, voltamos nóssas atenções aos funcionários que, diga-se de passagem, são colaboradôres assíduos que a muito vêm emprestando seus préstimos a Administração Municipal.

Aproxima-se o dia dos funcionários públicos e, a Prefeitura que nésta data presta suas homenagens a tão laboriôsa clásse, oferece aos seus servidores através do Ante projeto de Lei nº 16/64, o "Abôno de emergência" que reconhece ser imprescindível aos mesmos, dado a alta exorbitante do cústo de vida.

Nóva mensagem enviaremos nêsse sentido, oportunamente, desta feita porém visando os operários, professôres e funcionários do quadro Extra-numerário.

Gostaria outrossim, para que os funcionários desta Repartição se sentissem mais satisfeitos, que o referido Ante projeto de Lei fôsse aprovado pelo menos em primeira discussão até o próximo dia 28 do corrente, "DIA DO FUNCIONÁRIO PUBLICO".

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 19 de Outubro de 1964.


Pedro Favaro Cavalin
Prefeito Municipal

Parecer da Comissão de Legislação e Justiça.

Parecer e emenda ao ante-projeto de lei nº 16/64

A Constituição Brasileira, em seu artigo 193, e a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 160, dizem que os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionalismos em atividade.

O nosso Código de Posturas manda que sejam assegurados aos funcionários municipais os mesmos direitos que aos estaduais e federais são conferidos pelos respectivos estatutos e pelas Constituições a quem devemos respeito e obediência.

Assim sendo propomos, em nome da Comissão de Legislação e Justiça a seguinte emenda:

ANTE PROJETO DE LEI Nº 16/64

Concede abono de emergência aos funcionários da Prefeitura.

Art. 1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos funcionários da municipalidade, mensalmente, um abono de emergência correspondente a sessenta por cento de seus respectivos vencimentos.

§ 1º) Aos funcionários em inatividade fica concedido igual abono desde que seus proventos venham sendo pagos pelos cofres da municipalidade.

§ 2º) O pagamento do abono de emergência será efetuado no mesmo dia em que forem pagos os vencimentos ou proventos dos funcionários.

Art. 2º) Desde que oficialmente publicada, a presente lei entrará em vigor a partir do dia primeiro de janeiro de mil novecentos e sessenta e cinco e terá vigência até um mês depois da decretação do novo salário mínimo regional.

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

com os dispositivos constitucionais e seria mais humano,
pois beneficiaria todo o funcionalismo e não somente uma
classe deles. Os motivos que determinaram o senhor Pre -
feito a olhar para os problemas econômicos dos funcionários
do quadro permanente também existem nos lares dos funcio-
nários extra-numerários e dos inativos. Estes devem ser
tratados com equidade em relação àqueles, pois os funcioná-
rios públicos estão divididos em classes e não em castas.
É o parecer e a emenda.

Lapa, 9 de ~~agosto~~ de 1.964.

Handwritten signature: Paulo Gomes
Handwritten signature: Pedro Assis Leoni

Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas:

Parecer ao ante projeto de lei 16/64:-

Estamos de pleno acordo com a justificativa apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça em seu parecer ao ante projeto de Lei 16/64 e achamos ~~tambem~~ que o abono deve tambem ser estendido ~~aos~~ a todos os operários da municipalidade e as viúvas que percebem pensões pelos cofres municipais.

Assim sendo propomos a seguinte emenda:

ANTE PROJETO DE LEI Nº 16/64
(concede abono de emergencia)

ART. 1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos funcionários e operários da municipalidade, mensalmente, um abono de emergência correspondente a sessenta por cento de seus respectivos vencimentos .

§. 1º) Aos funcionários em inatividade fica concedido igual abono desde que seus proventos venham sendo pagos pelos cofres da Municipalidade.

§ 2º) As viúvas que vem percebendo pensões pelos cofres da municipalidade, fica concedido um abono de sessenta por cento do valor do salário minimo em vigor no municipio da Lapa.

§ 3º O pagamento do abono de emergência será efetuado no mesmo dia em que forem pagos os vencimentos ou proventos dos funcionários, operários e viúvas.

ART. 2º) Desde que oficialmente publicada, a presente lei entrará em vigor a partir do dia primeiro de janeiro de 1.965 e terá vigência até um mês depois da decretação do novo salário minimo regional.

ART. 3º) No Orçamento Municipal para 1.965, deve constar verba especial para o atendimento das despesas decorrentes do presente ante-projeto de lei.

ART. 4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Lapa, 16 de Novembro de 1.964

Informe per juria J. O. Argento Gomez

1. Este documento é de propriedade da Administração Federal do Brasil e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do Departamento de Administração.

... e, para o caso de não ser possível a obtenção de uma amostra adequada, a análise deve ser feita em um laboratório especializado, com o uso de técnicas de análise de solo.

[illegible]

depois das suas classificações sempre sobre as outras coisas do mundo.

[illegible][illegible]

1927

1875

U. S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE: 1963

[illegible]

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

[Faint bleed-through from reverse side]

202517 30 374 2 2015.12.12 9 30706 30 37422